

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO TRIMESTRAL DE AUDITORIA

Órgão: Câmara Municipal de Moita Bonita/SE **Período:** 01 de Abril a 30 de junho de 2022 **Gestor:** Paulo Barbosa de Mendonça

ÍNDICE

- 1. Planejamento Orçamentário
- 2. Fontes de Critérios, Procedimentos e Alcance
- 3. Receita e Tesouraria
- 4. Despesa
- 5. Limites Legais e Gestão Fiscal
- 6. Processos Licitatórios e Suas Dispensas/Inexigibilidade
- 7. Contratos
- 8. Atividades Legislativas
- 9. Administrativos
- 10. Conclusão

Em cumprimento as determinações legais, e em observância ao que dispõe o art. 74 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 101 e da Resolução do TCE/SE nº 206 de 1º de novembro de 2001, o Controle Interno deste Poder Executivo, realizou analise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao 2º Trimestre do exercício financeiro de 2022. Cujos resultados relatamos abaixo:

1 – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

O Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2022/2025 foi aprovado pela Lei Municipal nº 533 de 27/12/2021.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2022 foi aprovada através da Lei Municipal nº **521 de 27/12/2021**, e encontra-se compatível com as disposições constantes no Plano Plurianual.

Juns V



A Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei Municipal nº **532 de 27/12/2021**, estimou a despesa do Poder Legislativo em **R\$ 1.506.000,00** (um milhão quinhentos e seis reais), assim distribuídos:

2 – FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE

Os trabalhos do controle interno foram conduzidos de acordo com os Princípios de Contabilidade Pública e com as normas e procedimentos constantes na Resolução n. º 206/2001, de 01/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

- Constituição Federal e Constituição Estadual;
- Lei Federal n. ° 4.320/1964 Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Federal n. ° 8.666/1993 e alterações posteriores Institui normas para licitações e contratos na Administração Pública;
- Lei Complementar n. º 101/2000 Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providencias;
 - Resoluções e Pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
 - Portarias da secretaria do Tesouro Nacional.

3 - RECEITA E TESOURARIA:

3.1 - RECEITA ARRECADADA

O total repassado pelo Poder Executivo no período em análise totalizou R\$ 808.029,78 (oitocentos e vinte e oito mil vinte e nove reais e setenta e oito centavos).

Segue abaixo, um breve demonstrativo da receita da Câmara Municipal de Moita Bonita, considerando-se os valores arrecadados até este trimestre.

Período	Repasses (R\$)		
Janeiro	134.109,73		
Fevereiro	134.671,63		
Março	135.233,53		
Abril	134.671,63		

gunt.



Acumulado	808.029,78
Junho	134.671,63
Maio	134.671,63

3.2 - DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

As disponibilidades financeiras da Administração Direta do órgão, registradas na contabilidade em 30/06/2022, importava em R\$ 186.172,17 (cento e oitenta e seis mil cento e setenta e dois reais e dezessete centavos), assim distribuídas:

Descrição	
Bancos c/movimento	186.172,17
TOTAL	186.172,17

Os saldos das contas acima foram conferidos individualmente através dos registros analíticos existentes na contabilidade.

Constatando o demonstrativo que comprova os saldos extraídos dos extraíos bancários, nos deparamos um total de R\$ 186.172,17 (cento e oitenta e seis mil cento e setenta e dois reais e dezessete centavos).

3.3 – RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

A receita extra orçamentária do período importou um total de **R\$ 45.804,42** (quarenta e cinco mil oitocentos e quatro reais e quarenta e dois centavos), assim desdobrada:

Descrição	Valor (R\$)
INSS retido	24.911.04
IRRF	20.893,38
TOTAL	45.804,42

4 - DESPESA

4.1 - DESPESAS EMPENHADAS / LIQUIDADAS / PAGAS

A despesa empenhada no período diminuiu o montante de R\$ 30.644,00 (trinta mil seiscentos e quarenta e quatro centavos). O total de despesas liquidadas no período, decorrentes de



empenhos deste trimestre e de meses anteriores e de meses anteriores, importou em R\$ 330.823,33 (trezentos e trinta mil oitocentos e vinte e três reis e trinta e três centavos). Do volume acumulado de despesas empenhados e devidamente liquidadas, foram pagas neste trimestre a importância de R\$ 330.823,33 (trezentos e trinta mil oitocentos e vinte e três reis e trinta e três centavos).

Segue abaixo um resumo da execução da despesa orçamentária:

Emp	enhos	Liquidações		Paga	mentos
No Período	Ate o periodo	No Período	Ate o periodo	No Período	Ate o period
30.644,00	1.286.325,62	330.823,33	647.524,25	330.823,33	637.097,25

4.2 – DOAÇÕES

No período em exame, considerando a despesa efetivamente liquidada, observa-se que a Câmara aplicou recursos da ordem de **R\$ 0,00 (ZERO)** com doações a pessoas carentes, conforme demostrado abaixo:

Outros Auxílios Financeiros	0,00
Material de Distribuição Gratuita	0,00
TOTAL	0,00

4.3 – DIÁRIAS

No período foram concedidas diárias a servidores e agentes políticos no valor de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), conforme tabela abaixo.

Descrição	Valor (R\$)		
Total	8.800,00		

Tais diárias foram distribuídas da seguinte forma:

• Pagamento de diárias dentro do estado:

Foi pago ao Diretor de Controle Interno e ao Presidente desta casa, a importância de R\$ 200,00 reais a cada um, correspondente a 01 diária para Aracaju/SE. Detalhes sobre a necessidade dos pagamentos poderão ser observados no portal da transparência da Câmara.



• Pagamento de diárias para fora do estado:

No período auditado, 12 diárias foram pagas para fora do estado, para que vereadores e funcionários participassem de um curso de capacitação na cidade de Maceió de 22 a 25 de abril. Maiores detalhes sobre a necessidade dos pagamentos poderão ser observados no portal da transparência da Câmara.

4.4 – PATRIMÔNIO

O patrimônio da Câmara é controlado por sistema informatizado, estando todos os bens devidamente registrados. No período foram gastos com patrimônio os valores abaixo discriminados:

Item	Valor liquidado
Material de Consumo	7.214,30
Obras	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00
Total	7.214,30

5 – LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL

5.1 – SUBSÍDIOS

Os subsídios mensais dos Vereadores para a atual legislatura foram fixados através do Decreto Legislativo nº 014 de 07 de agosto de 2020, e estão assim discriminados:

Fica fixado em parcela única, o subsídio mensal dos vereadores, para o período legislativo de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, através do decreto acima.

Item	Valor Fixado	Valor Bruto
Vereadores	Até 7.000,00	6.700,00

5.2 - DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO

O global dos custos da Câmara Municipal de Moita Bonita/SE com a folha de pagamento até o período em exame, alcançou o montante de R\$ 439.400,00 (quatrocentos e trinta e nove mil e quatrocentos reais). Levando-se em consideração o limite máximo estabelecido pelo art. 29-A, § 1°, da Constituição Federal, o qual estima receita de até 70% da receita da Câmara, que equivale a 1.131.241,70 (um milhão cento e trinta e um mil duzentos e quarenta e um reais e setenta centavos),



constata-se que os gastos com a folha de pagamento do Poder Legislativo encontram-se de acordo com as normas legais vigentes.

5.3 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL

A despesa total com pessoal até o período em análise, apurada de acordo com o disposto no art. 18, § 2°, da Lei Complementar Federal n° 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), encontra-se adequada ao limite imposto pela referida legislação. O detalhamento dos valores da Receita Corrente Líquida e da Despesa com Pessoal será apresentado no próximo Relatório Trimestral de Auditoria, cujos dados serão obtidos através do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestral, conforme preceitua o art. 54 cc o art. 63, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

6 – PROCESSOS LICITATÓRIOS E SUAS DISPENSAS/INEXIGIBILIDADE

Durante o período auditado, foram realizados 01 (um) inexigibilidades e 01 (um) dispensas de licitações.

7- CONTRATOS

Durante o período auditado, foram celebrados 02 (dois) contratos.

nº	Natureza	nº	Abertura	Objeto	Fornecedor	Dotação	Data	Contrato	Valor Mensal	Valor Total
07	Inexigibilidade	02/2022	12/04/22	Inscrição de 02 vereadores e 02 servidores no Curso Regional de Agente Público – Novas Gestões, novos desafios, de 22 a 25 de abril em Maceió/AL.	ICDAP – Instituto de Capacitação e Desenvolvimento de agentes Públicos.	33.90.39.00	19/04/22	006/2022	3.200,00	3.200,00
07	Dispensa	03/2022	11/04/22	Prestação de serviço de assessoria técnica em Comunicação e Mídias Sociais.	Elaine Mota Sobral	33.90.39.00	02/05/22	007/2022	2.150,00	17.200,00

8- ATIVIDADES LEGISLATIVAS

8.1 - INDICAÇÕES DE VEREADORES

No período apurado, 03 indicações foram apresentadas pelos parlamentares. Conforme quadro abaixo:

Queus



CONTROLE DE INDICAÇÕES GERAL

N°	AUTORIA	DATA	SITUAÇÃO	
01	Elias Santos Barreto	05.04.2022	Apresentada	
02	Elias Santos Barreto	Indica ao executivo, a nomeação da Projetada entre a Rua Lourival Batista e a Estrada de acesso ao Povoado Bernardo.	10.05.2022 A	Apresentada
03	Joseilton Nunes de Carvalho	Implante de Tratamento de Equoterapia para pessoas com necessidades especiais e processos de reabilitação física.	20/06/2022	Apresentada

8.2 - PROJETOS DE LEIS

Durante o período de auditoria, 05 Projetos de Leis foram protocolados nesta casa legislativa, sendo 01 deles um Projeto de Lei Complementar, os quais encontram-se conforme descrições abaixo:

RELAÇÃO DE CONTROLE DE PROJETO DE LEIS 2021

N°	DESCRIÇÃO	AUTORIA	SITUAÇÃO
006.2022	Altera anexo II da Lei Municipal nº 474 de 09 de agosto de 2018.	12-04-2022 Vagner Costa da Cunha	12-04-2022 Protocolo
007.2022	Autoriza a concessão de revisão geral anual aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, dos subsídios dos agentes políticos e dá outras providências.	12-04-2022 Vagner Costa da Cunha	12-04-2022 Protocolo
008.2022	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.	13-04-2022 Vagner Costa da Cunha	13-04-2022 Protocolo
009.2022	Altera a Lei Municipal nº 423.2014, de 27 de maio de 2014 que Disciplina e Regulamenta o serviço de automóveis de alugueis (TAXI)	10-05-2022 Maria Lidiane Mendonça de Jesus	10-05-2022 Protocolo
PLC 001/22	Dispõe sobre reajuste do vencimento básico do Magistério Público do Município de Moita Bonita e dá outras providências	16-04-2022 Vagner Costa da Cunha	11-05-2022 Protocolo

8.3 - LEIS MUNICIPAIS

No ano de 2022, 11 novas leis foram aprovadas, sancionadas e publicadas no diário oficial, sendo 05 destas, dentro do período em auditoria.

- Lei Municipal nº 534 de 11 de fevereiro de 2022.
- Lei Municipal nº 535 de 03 de março de 2022.
- Lei Municipal nº 536 de 03 de março de 2022.





- Lei Municipal nº 537 de 03 de março de 2022.
- Lei Municipal nº 538 de 03 de março de 2022.
- Lei Municipal nº 539 de 03 de março de 2022.
- Lei Municipal nº 540 de 20 de abril de 2022.
- Lei Municipal nº 541 de 27 de abril de 2022.
- Lei Municipal nº 542 de 27 de abril de 2022.
- Lei Complementar nº 23 de maio de 2022.
- Lei Municipal nº 543 de 07 de junho de 2022.

8.4 – REQUERIMENTOS

Dentro do período auditado, nenhum requerimento foi registrado nesta casa legislativa.

8.5 - PROJETO DE RESOLUÇÃO

No período de apuração, nenhum Projeto de Resolução foi tramitado na casa.

8.6 – RESOLUÇÃO

No período de apuração, nenhuma Resolução foi tramitado na casa.

8.7 – SESSÕES LEGISLATIVAS

As sessões legislativas correspondem ao período de trabalho parlamentar durante o ano. Essas por sua vez, divide-se em sessão legislativa ordinária e extraordinária. Na Câmara Municipal de Moita Bonita, foram realizadas um total de 24 sessões ordinárias, sendo dessás 14 sessões ordinárias, no período estudado de 01 de abril a 30 de junho.

8.8 – CURSOS LEGISLATIVOS

O Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE), por meio da Escola de Contas José
 Amado Nascimento – ECOJAN, realizará o Webinário e-Social para os Órgãos Públicos, de forma online, no canal do Youtube da Escola: ECOJAN TCE-SE.



8.8 – DECRETOS LEGISLATIVOS

No período estudado, não houve decretos legislativo na casa legislativa

9 - ADMINISTRATIVOS

9.1 OFÍCIOS

Ofício é o nome comumente utilizado para solicitar, reivindicar, notificar ou comunicar formalmente sobre determinado tema. Mais utilizado por repartições públicas ou corporativas que precisam ter um registro e controle das notificações enviadas utilizando-se para tanto uma numeração contínua e crescente dos ofícios enviados. Este controle busca permitir também a devida correspondência à resposta ao ofício, viabilizando a organização interna do que foi emitido e do que foi respondido.

Assim sendo, hoje soma-se um total de 34 ofícios expedidos em 2022 por esse parlamento, sendo 14 dentro do período auditado.

10 - CONCLUSÃO

Este exame teve o objetivo de verificar a legalidade das transações operacionais, de forma a nos permitir um conhecimento geral do funcionamento deste Poder, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais.

Quanto às informações contidas no relatório, constatamos que os dados apresentados são fidedignos, e que a Câmara Municipal de Moita Bonita/SE vem cumprindo a Legislação vigente, em especial ao processamento da despesa e as normas legais quanto á execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

O contemporâneo relatório tem ainda o objetivo de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante. Os elementos que serviram de base para a presente análise e relatório, estão arquivados por este Setor de Controle Interno, a



disposição dos Órgãos de Controle Externo.

Conforme exposto no relatório, os valores empenhados e liquidados não extrapolaram os respectivos créditos orçamentários disponíveis.

Por fim, conclui-se que o Poder Legislativo, de uma forma geral, atendeu aos requisitos da gestão fiscal, administrando seus gastos e mantendo o equilíbrio financeiro, bem como apresentou os percentuais de aplicação dentro dos limites legais.

Pela análise dos documentos postos à nossa disposição, referentes ao período de 01/04/2022 a 30/06/2022 de 2022, concluímos que os procedimentos adotados pelo órgão, encontram-se de acordo com as normas vigentes.

ESTE É O RELATÓRIO Município/SE, 25 de julho de 2022.

Sandro Mota de Gois

Controle Interno



PARECER DO CONTROLE INTERNO

AO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MOITA BONITA/SE

- 1. Examinamos o relatório do Controle Interno da Câmara Municipal de Moita Bonita/SE relativo ao 2º trimestre de 2022, levantado em 25 de julho de 2022 e a respectiva Demonstração contábil, as variações do Patrimônio Líquido, as aplicações de Recursos referentes ao Exercício findo naquela data, elaboradas sob responsabilidade de sua Administração. Pretende-se com o referido parecer, expressar uma apreciação sobre essas Demonstrações Contábeis.
- 2. Os exames foram conduzidos de acordo com as normas de Auditoria vigente e compreenderam:
- O orçamento com suas alterações, considerando a relevância dos saldos, a receita arrecadada, a despesa realizada e todo sistema contábil e de controles internos da prefeitura;
- A constatação correta dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas.
- 3. Os sistemas Orçamentário, financeiro e Patrimonial movimentados no decorrer do 2º trimestre de 2022, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição real da CÂMARA MUNICIPAL DE MOITA BONITA, em 30 de JUNHO de 2022, o resultado de suas operações, as variações e mutações patrimoniais e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, estão de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, e as normas instruídas através da Lei nº 4.320/64.

Controle Interno